

SE A META INFLACIONÁRIA SE SITUAVA NUM ESPAÇO ENTRE 6% E 10%, AGORA É TORCER PARA NÃO PASSAR DO TETO

SUELY CALDAS

O ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Franco prepara-se para sair da quarentena e entrar na economia privada. No dia 13 de janeiro de 2000, exatamente um ano depois da complicada saída do BC, ele estréia como principal executivo de uma empresa especializada em constituir fundos financeiros com poupança de terceiros e aplicar em investimentos no Brasil. Por enquanto, faz mistério sobre nome da empresa e dos sócios que nele apostam, mas adianta que terá também capital estrangeiro. Por isso, para quem anda dizendo que ele torce

contra a atual política econômica, Gustavo Franco repele: "Preciso da economia estável para trabalhar no setor privado e ganhar dinheiro." As críticas que tem feito, observa, não são fruto de rancor nem de teimosia em resistir a reconhecer que errou. "Durante seis meses fiquei quieto. Falo hoje porque estou convicto de que tinha razão. Eu e todo o resto do País", afirma, revelando ser constantemente abordado, em aeroportos e nas ruas, recebendo apoio de pessoas das mais diversas origens e classes sociais.

Não torce contra, mas diz ter motivos para preocupar-se com o presente e o futuro próximo da economia. As altas na taxa de câmbio e nos índices de inflação de outubro são ameaças reais contra a estabilidade, que reflete o erro cometido em janeiro e que persiste no presente – da desvalorização da moeda e do sis-

tema de flutuação cambial. Em relação ao câmbio, ele considera irracional o BC manter a taxa em R\$ 1,90. E diz que intervir no mercado com os limites do FMI para uso de reservas cambiais é pouca munição para o tamanho do problema. Não funciona. "É preciso desarmar essa bomba" – é como se refere ao câmbio a R\$ 1,90. E como fazer?

Gustavo Franco propõe a volta à política cambial que ele concebeu, conduziu e foi a causa de sua demissão do BC. É refazer o sistema de bandas, definir o valor do câmbio com base no poder de compra da moeda (ele calcula R\$ 1,70 /dólar), delimitar um espaço de oscilação (de 5% para cima e

5% para baixo) e operar a taxa nesses limites. De forma alguma ele considera o sistema de bandas um retrocesso. Ao contrário, defende, é o único que deu certo no Brasil. "É uma tolice afirmar que não deve haver nenhuma intermediação entre o currency board e o câmbio livre. Em países como o Brasil, que tem muitos problemas a resolver, isso não dá certo", sustenta, referindo-se à tese defendida pelo secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, e pelo vice-diretor do FMI, Stanley Fischer. Para ele, o regime de flutuação em vigor serve unicamente ao capital financeiro especulativo, que lucra com a variação da taxa. "O especulador é o único beneficiário", denuncia. Nem comércio externo nem exportadores tiram proveito e a fraca receita com exportações comprova isso, analisa. Os empresários da Fiesp e do Iedi, que tanta oposi-

sição fizeram a Gustavo Franco, são por ele incluídos no bloco dos descontentes com o câmbio flutuante. "A Fiesp queria desvalorizar e manter o regime anterior, sem os riscos de agora."

A segunda preocupação de Gustavo Franco – a volta da inflação – decorre da primeira. No sentido inverso do otimismo do amigo ministro Pedro Malan, ele teme que o repasse do aumento de preços do atacado para o varejo se espalhe pela economia. Com uma agravante: a expansão de vendas em épocas pré-Natal cria ambiente favorável para que isso aconteça. "A inflação no atacado está muito reprimida porque as empresas pouco repassaram os custos da desvalorização. A chance de aumentar preços surge com a sensação de um bom Natal. E vai ficar pior, porque o varejo acaba aceitando o repasse do preço salgado do atacado." Isso não é torcida, insiste, é a verdade que não pode ser ignorada.

O repasse para o varejo, aliás, é a grande – e má – novidade na trajetória dos preços desde a desvalorização cambial. Até agora a inflação percebida pelo homem comum esteve protegida da pressão de custos decorrente da alta do dólar. A recessão ajudou – como as pessoas compravam pouco, o comércio evitou aumentos para não piorar a queda nas vendas. E os números comprovam: entre janeiro e outubro, enquanto o dólar aumentou 61,7%, a inflação no atacado subiu 22,47% e no varejo, apenas 7,27%. Em outubro, porém, as pesquisas de preços começaram a captar altas no varejo que comprovam tal repasse, adverte a Fundação Getúlio Vargas (FGV). E a pressão de vendas do Natal

pode agravar o fenômeno. Infelizmente, portanto, pode ser de grego o presente de Natal para a estabilidade do Plano Real. Se a meta do Banco Central, de 8% de inflação, se situava no meio de um espaço entre 6% e 10%, agora é torcer para não passar do teto.

O ex-presidente do BC imagina dois cenários futuros que se opõem.

O de final feliz: a economia mundial cresce, melhora a balança comercial, a taxa de câmbio recua e se valoriza e a inflação é controlada, sem riscos de repiques. "Isso nos põe de volta à linha de chegada da política anterior, com uma enorme diferença: chegariam sem quebrar perna, braço, sem baixar ao hospital, sem os acidentes dos últimos meses."

O de final infeliz: a economia externa não ajuda, não é possível trazer o câmbio para baixo, a inflação cresce e, aos poucos, se volta às velhas práticas do passado de arranjos inflacionários.

Gustavo Franco não concorda com nenhuma das críticas feitas à sua persistente política cambial. Nega que ela tenha exposto o País a vulnerabilidades decorrentes da dependência do capital externo para equilibrar as contas externas e do agravamento do déficit fiscal, causado pelos juros elevados e pelo crescimento da dívida interna. Nisso ele é radical e definitivo: "Não é teimosia nem rancor. É convicção. Quase um ano se passou, a situação da economia piorou e não ficou comprovado que o modelo atual é melhor que o anterior. Vamos dar tempo ao tempo, a História dará seu veredito".